

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

*Demonstrações Financeiras Intermediárias
Referentes ao período de três meses findos
em 31 de Março de 2016 e Relatório de
Revisão de Informações Trimestrais
Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016 - NÃO AUDITADO (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (Invepar).

Em 31 de março de 2016, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$ 872.737 (R\$ 863.743 em 31 de dezembro de 2015), causado principalmente pela transferência da dívida do longo prazo para o curto prazo. Em 31 de março de 2016 o índice financeiro é de 19,43% (19,72% em 31 de dezembro de 2015). O contrato de financiamento com o BNDES não prevê sanções pelo não atendimento do índice, incluindo o vencimento antecipado. Por não haver prazo de cura estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, assim como ocorre na escritura de debentures (nota 10), a Companhia, conservadoramente, optou por transferir todo o saldo da dívida do referido contrato para o Passivo Circulante.

A Administração da CART e da INVEPAR tem atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.2) Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS, responsável pelo contrato de construção da rodovia, detalhado na nota explicativa 12 – parte relacionadas.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objeto dos mandados em questão (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista indireto OAS, que se encontra sob investigação no âmbito da operação "lava jato"; (ii) não continham nenhuma referência às concessões e atividades da Invepar ou demais controladas; e (iii) a controladora divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos ao mercado. A administração da CART entende que não há qualquer indício que a Companhia venha a ser afetada pelos resultados das referidas investigações

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de maio de 2016 pela Administração da Companhia, compreendem:

As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB*.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de

“Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 15 de abril de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- Modificações a IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.
- Modificações a IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificações à IFRS 11 – Contabilização para aquisições de Participações em Operações em Conjunto.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento: Aplicação da Isenção para Consolidação.
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Margem de venda de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*.
- Modificações a IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas – determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2016:

- IFRS 5 – Ativos Disponíveis para Venda em Operações Descontinuadas – introduz tópicos específicos em relação à contabilização de ativos mantidos para venda e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas.
- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1) – fornece orientação adicional para esclarecer se um contrato de prestação de serviços de manutenção é considerado continuidade do envolvimento em um ativo transferido para a finalidade das divulgações exigidas em relação aos ativos transferidos.
- IAS 19 – Benefício a empregados – esclarece que a taxa de desconto usada nas obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada por referência aos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade no final do período.
- IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias – as alterações esclarecem as exigências relativas à informação requerida pelo parágrafo 16ª da IAS 34, que é apresentado em outros lugares dentro do relatório financeiro intermediário, mas fora das demonstrações financeiras intermediárias.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – *Leasing* – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações financeiras trimestrais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	1.357	2.082
Operações compromissadas em debêntures	<u>6.415</u>	<u>12.145</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.772</u>	<u>14.227</u>

Aplicações financeiras consideradas como equivalente de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aquisições.

As aplicações compromissadas são classificadas como recebíveis remunerados por taxas que variam de 80% até 101,5% do CDI.

4. APLICAÇÃO FINANCEIRA

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	9.468
Operações compromissadas em debêntures	-	39.225
Operações compromissadas (conta reserva BNDES/Debenturistas)	<u>103.794</u>	<u>89.027</u>
Total das aplicações financeiras	<u>103.794</u>	<u>137.720</u>
Circulante	-	48.693
Não circulante	103.794	89.027

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures e Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados a taxa de 80,0% a 102% a do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$80.603 em 31 de março de 2016 (R\$ 83.113 em 31 de dezembro de 2015) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.”

As aplicações financeiras no montante de R\$23.191 em 31 de março de 2016 (R\$5.914 em 31 de dezembro de 2015) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AVI (*)	16.645	15.757
CIELO - Vale pedágio	906	814
DBTRANS - Vale pedágio	255	124
Outros	1.290	1.233
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) (**)	<u>(1.173)</u>	<u>(1.256)</u>
Total	<u>17.923</u>	<u>16.672</u>

(*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de março de 2016, não havia valores vencidos nos créditos a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 21 dias.

(**) As perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos seis meses do reconhecimento do crédito. São consideradas em PCLD valores vencidos a mais de 30 dias referentes a violadores, compensações de passagens e perdas relativas à pista AVI.

	<u>Total</u>	<u>(PCLD)</u>	<u>Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Vencido entre 30 - 180 dias</u>
31 de março de 2016	19.096	(1.173)	17.923	1.173
31 de dezembro de 2015	17.928	(1.256)	16.672	1.256

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do período	(1.256)	(626)
Adições	(459)	(2.701)
Reversões	<u>542</u>	<u>2.071</u>
Saldo no fim do período	<u>(1.173)</u>	<u>(1.256)</u>

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>Balço patrimonial</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	(209.787)	(209.787)
Margem de construção (*)	9.712	9.817
Provisão de manutenção (*)	(16.911)	(16.911)
Amortização de outorga (*)	53.317	53.896
Custo de captação de debentures (*)	17.325	17.343
Provisões não dedutíveis	(948)	(948)
Provisão de participações nos lucros	(404)	(404)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(341)	(341)
Provisão para riscos	(284)	(284)
Margem de construção (lei 12.973)	<u>619</u>	<u>524</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>147.702</u>	<u>147.095</u>
Impostos diferidos – ativo	228.675	228.675
Impostos diferidos – passivo	(80.973)	(81.580)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção, amortização de outorga fiscal e provisão de manutenção, estão sendo amortizados em quotas fixas mensais pelo prazo de conclusão da obra, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre os encargos financeiros incorridos da captação das Debêntures, estão sendo amortizados pelo prazo do financiamento. O impacto, em 2016, mensal dessas amortizações é R\$234.

A Companhia não constituiu, até março de 2016, IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias no montante de R\$ 89.770.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>2016</u>
2019	3.258
2020 a 2022	65.125
2023 a 2026	<u>160.292</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	228.675
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(80.973)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>147.702</u>

b) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO DO PERÍODO

	Resultado	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(54.175)	(60.116)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>18.420</u>	<u>20.439</u>
Ajustes no prejuízo que afetaram o resultado do período:		
Adições permanentes	(944)	(285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(16.869)	(19.684)
Outros	-	41
Total do imposto de renda e da contribuição social diferido do período	<u>607</u>	<u>511</u>

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária optou por adotar a Lei 12.973/14 a partir de janeiro de 2015 e não houve impacto relevante nas informações financeiras trimestrais.

c) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	348	-
IRRF sobre aplicações financeiras	<u>1.017</u>	<u>3.511</u>
Total	<u>1.365</u>	<u>3.511</u>

d) Impostos a recolher

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	1.097	1.143
ISS	1.841	2.063
IRRF e CSRF	630	996
INSS sobre terceiros	<u>246</u>	<u>280</u>
Total	<u>3.814</u>	<u>4.482</u>

7. IMOBILIZADO

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/03/2016</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	5	5.809	186	-	5.995
Móveis e utensílios	5	3.995	-	(116)	3.879
Veículos	5	3.546	-	-	3.546
Equipamentos de informática	5	38.741	23	(58)	38.706
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		52.575	209	(174)	52.610
 <u>Depreciação</u>					
Instalações		(25)	(2)	-	(27)
Máquinas e equipamentos		(3.847)	(223)	-	(4.070)
Móveis e utensílios		(2.974)	(114)	115	(2.973)
Veículos		(1.439)	(165)	-	(1.604)
Equipamentos de informática		(30.404)	(812)	58	(31.158)
Ferramentas e aparelhos		<u>(272)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(277)</u>
		<u>(38.961)</u>	<u>(1.321)</u>	<u>173</u>	<u>(40.109)</u>
Imobilizado líquido		<u>13.614</u>	<u>(1.112)</u>	<u>(1)</u>	<u>12.501</u>

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	165	-	(1)	164
Máquinas e equipamentos	5	4.766	1.053	(10)	5.809
Móveis e utensílios	5	4.127	122	(254)	3.995
Veículos	5	3.604	147	(205)	3.546
Equipamentos de informática	5	35.119	3.631	(9)	38.741
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		48.101	4.953	(479)	52.575

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(18)	(7)	-	(25)
Máquinas e equipamentos		(3.000)	(857)	10	(3.847)
Móveis e utensílios		(2.732)	(495)	253	(2.974)
Veículos		(837)	(685)	83	(1.439)
Equipamentos de informática		(27.059)	(3.351)	6	(30.404)
Ferramentas e aparelhos		<u>(244)</u>	<u>(28)</u>	<u>-</u>	<u>(272)</u>
		<u>(33.890)</u>	<u>(5.423)</u>	<u>352</u>	<u>(38.961)</u>
Imobilizado líquido		<u>14.211</u>	<u>(470)</u>	<u>(127)</u>	<u>13.614</u>

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

8. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2016</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	9.483	157	-	9.640
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.786.797	29.144	(57)	1.815.884
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.430.300	29.301	(57)	2.459.544
<u>Amortização</u>					
Software		(6.513)	(293)	-	(6.806)
Marcas e patentes		(10)	(1)	-	(11)
Direito de concessão		(215.938)	(16.700)	8	(232.630)
Outorga fixa		<u>(142.966)</u>	<u>(5.283)</u>	<u>-</u>	<u>(148.249)</u>
Amortização acumulada		<u>(365.427)</u>	<u>(22.277)</u>	<u>8</u>	<u>(387.696)</u>
Intangível, líquido		<u>2.064.873</u>	<u>7.024</u>	<u>(49)</u>	<u>2.071.848</u>

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	8.513	970	-	9.483
Marcas e patentes	10	42	-	(22)	20
Direito de concessão	(*)	1.653.379	156.827	(23.409)	1.786.797
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.295.933	157.797	(23.431)	2.430.300

Amortização				
Software	(5.356)	(1.157)	-	(6.513)
Marcas e patentes	(8)	(2)	-	(10)
Direito de concessão	(154.188)	(63.907)	2.157	(215.938)
Outorga fixa	<u>(121.833)</u>	<u>(21.133)</u>	-	<u>(142.966)</u>
Amortização acumulada	<u>(281.385)</u>	<u>(86.199)</u>	<u>2.157</u>	<u>(365.427)</u>
Intangível, líquido	<u>2.014.548</u>	<u>71.598</u>	<u>(21.274)</u>	<u>2.064.873</u>

(*) Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de operação do ativo.

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Perdas por Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	31/12/2015	Amortização do principal	Juros Pagos	Juros incorridos	Variação monetária	31/03/2016
Passivo circulante						
Sênior - BNDES - TJLP	521.006	-	(19.605)	(10.568)	1.803	503.140
Sênior - BNDES - IPCA	380.715	-	(36.894)	(53.114)	10.179	310.190
Conta garantida - Bradesco	-	30.000	-	-	580	30.580
Total	<u>901.721</u>	<u>30.000</u>	<u>(56.499)</u>	<u>(63.682)</u>	<u>11.982</u>	<u>843.910</u>

Descrição	31/12/2014	Amortização do principal	Juros Pagos	Juros incorridos	Variação monetária	Transferências	31/12/2015
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	67.228	(65.421)	(45.003)	44.930	303	518.969	521.006
Sênior - BNDES - IPCA	32.443	(11.056)	(9.314)	33.424	4.850	330.368	380.715
Total	<u>99.671</u>	<u>(76.477)</u>	<u>(54.317)</u>	<u>78.354</u>	<u>5.153</u>	<u>849.337</u>	<u>901.721</u>
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	517.263	-	-	-	1.706	(518.969)	-
Sênior - BNDES - IPCA	302.488	-	-	-	27.880	(330.368)	-
Total	<u>819.751</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.586</u>	<u>(849.337)</u>	<u>-</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2016</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	207.091
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	98.549
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	44.214
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	153.285
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	86.128
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>224.063</u>
Total				<u>813.330</u>
Parcelas do circulante				813.330

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	216.678
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	101.708
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	45.631
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	156.988
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	102.142
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>278.574</u>
Total				<u>901.721</u>
Parcelas do circulante				901.721

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

1 - BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de março de 2016 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2015), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

A liberação total aprovada representa R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

	Subcrédito	Valor (R\$)	Prazo	Taxa juros
A	TJLP	377.575	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2011	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	TJLP	1.787	109 parcelas mensais a partir de 15/03/2012	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 2	TJLP	9.817	114 parcelas mensais a partir de 15/09/2011	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
C	TJLP	174.285	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
D	TJLP	15.310	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 1	TRB*	11.077	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 2	TRB*	12.124	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 3	TRB*	15.363	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 4	TRB*	10.227	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 5	TRB*	6.388	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 6	TRB*	25.784	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 7	TRB*	44.048	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 8	TRB*	17.753	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
E	TJLP	138.839	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
F	TJLP	33.988	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 1	TRB*	19.575	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 2	TRB*	28.159	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 3	TRB*	34.354	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 4	TRB*	38.316	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 5	TRB*	15.454	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 6	TRB*	<u>22.019</u>	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
		<u>1.052.242</u>		

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações financeiras auditadas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

2 - Conta Garantida

A Companhia possui conta garantida no Bradesco no limite de R\$30.000, sobre o montante da dívida incidem juros à taxa CDI + 0,5% a.m. Em 31 de março de 2016, o montante no passivo circulante é de R\$30.580.

10. DEBÊNTURES

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Juros Incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2016</u>
Passivo circulante						
Debêntures	11.628	-	13.511	366	-	25.505
Custos a amortizar	<u>(3.055)</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.826</u>	<u>(1.179)</u>
Total	<u>8.573</u>	<u>50</u>	<u>13.511</u>	<u>366</u>	<u>1.826</u>	<u>24.326</u>
Passivo não circulante						
Debêntures	919.777	-	-	26.566	-	946.343
Custos a amortizar	<u>(47.954)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.826)</u>	<u>(49.780)</u>
Total	<u>871.823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.566</u>	<u>(1.826)</u>	<u>896.563</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2016</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	492.239
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	479.609
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(50.959)</u>
Total				<u>920.889</u>
Parcelas do circulante				24.326
Parcelas do não circulante				896.563

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Juros Incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Amortização Principal</u>	<u>Amortização Juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante									
Debêntures	10.624	-	-	50.744	10.141	(9.340)	(54.864)	4.323	11.628
Custos a amortizar	<u>(3.428)</u>	<u>(10)</u>	<u>2.997</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.614)</u>	<u>(3.055)</u>
Total	<u>7.196</u>	<u>(10)</u>	<u>2.997</u>	<u>50.744</u>	<u>10.141</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(54.864)</u>	<u>1.709</u>	<u>8.573</u>
Passivo não circulante									
Debêntures	840.400	-	-	-	83.700	-	-	(4.323)	919.777
Custos a amortizar	<u>(50.309)</u>	<u>(259)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.614</u>	<u>(47.954)</u>
Total	<u>790.091</u>	<u>(259)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>83.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.709)</u>	<u>871.823</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	471.882
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	459.523
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(51.009)</u>
Total				<u>880.396</u>
Parcelas do circulante				8.573
Parcelas do não circulante				871.823

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de março de 2016.

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2017	16.230
2018	14.262
2019	13.181
2020	40.911
2021	107.518
2022 em diante	<u>704.461</u>
	<u>896.563</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$50.959 (R\$51.009 em 31 de dezembro de 2015).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2016	(1.179)
2017	(3.085)
2018	(5.053)
2019	(6.134)
2020	(7.371)
2021	(8.361)
2022	(8.401)
2023 a 2024	<u>(11.374)</u>
	<u>(50.959)</u>

Cláusulas restritivas

Conforme contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. PROVISÃO PARA RISCOS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

<u>Natureza</u>	31/03/2016			
	<u>Probabilidade de perda</u>			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	742	14.026	40	14.808
Cíveis	<u>1.570</u>	<u>26.240</u>	<u>150</u>	<u>27.960</u>
	<u>2.312</u>	<u>40.266</u>	<u>190</u>	<u>42.768</u>

Natureza	31/12/2015			
	Probabilidade de perda			
	Provável	Possível	Remota	Total
Trabalhistas	676	12.820	38	13.534
Cíveis	<u>1.656</u>	<u>24.794</u>	<u>45</u>	<u>26.495</u>
	<u>2.332</u>	<u>37.614</u>	<u>83</u>	<u>40.029</u>

b) Movimentação dos riscos prováveis

	Saldo inicial 31/12/2015	Adições	Reversão	Saldo final 31/03/2016
Trabalhistas	676	66	-	742
Cíveis	<u>1.656</u>	-	<u>(86)</u>	<u>1.570</u>
Total	<u>2.332</u>	<u>66</u>	<u>(86)</u>	<u>2.312</u>

	Saldo inicial 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo final 31/12/2015
Trabalhistas	610	292	(226)	676
Cíveis	<u>234</u>	<u>1.450</u>	<u>(28)</u>	<u>1.656</u>
Total	<u>844</u>	<u>1.742</u>	<u>(254)</u>	<u>2.332</u>

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$742 em 31 de março de 2016 (R\$676 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado R\$14.026 em 31 de março de 2016 (R\$12.820 em 31 de dezembro de 2015).

Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$1.570 em 31 de março de 2016 (R\$1.656 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$26.240 em 31 de março de 2016 (R\$24.794 em 31 de dezembro de 2015).

- Ação civil pública

a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da

CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2016 é de R\$ 11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentada contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3.000,00, bem como especificar provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2016 é de R\$ 2.322.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras trimestrais.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Transação	Relação da parte com a Companhia	31/03/2016			Resultado (custo)	
		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito	Ligada	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	2	-
GRU Airport	Nota de débito	Ligada	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	-	2.126	-	(2.166)
			<u>520</u>	<u>2.126</u>	<u>143</u>	<u>(2.166)</u>

Transação	Relação da parte com a Companhia	31/12/2015				31/03/2015	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado (custo)	
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito	Ligada	-	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	-	2	-
GRU Airport	Nota de débito	Ligada	-	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	17	-	2.438	-	(2.019)
			<u>17</u>	<u>520</u>	<u>2.438</u>	<u>143</u>	<u>(2.019)</u>

(a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Serviços de construção

Em 5 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS S.A., o contrato de execução de obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

O prazo previsto foi de cinco anos e execução dos serviços sob o regime de empreitada com preço global de R\$1.078.096, reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior à meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de maio de 2014 as partes celebraram um aditivo prorrogando o prazo do contrato de execução de obras por 12 meses, o que gerou um incremento de R\$44.057 na data-base do aditivo.

Durante o exercício de 2015 e no primeiro trimestre de 2016, não houve execução de obras no âmbito do contrato de execução de obras civis. Em 31 de março de 2016, a Companhia não possui saldos decorrentes de serviços executados a serem pagos à OAS S.A., bem como não houve qualquer pagamento feito ao longo do período.

O Grupo OAS ajuizou, em 31.03.2015, o Processo de Recuperação Judicial em nome de 10 (dez) empresas do Grupo, dentre elas a OAS Infraestrutura S/A e a Construtora OAS S/A, acionistas integrantes do bloco de controle da Invepar, detentoras de 24,44% do capital social desta sociedade, tendo sido aprovada, por maioria, a versão final do Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral dos Credores realizada em 17.12.2015.

No Plano de Recuperação Judicial, está prevista a alienação dos ativos do Grupo OAS e, dentre eles, a UPI Invepar, ou melhor, as Ações Invepar, as quais somente poderão ser alienadas, exclusivamente, por meio de leilão judicial, na modalidade de propostas fechadas, com a observância do preço mínimo de R\$1.350.000, nas condições estabelecidas no referido Plano.

A Cláusula 5.1, inciso (vii) do Contrato de Compra e Venda da UPI Invepar (“SPA”), anexo e parte integrante do Plano de Recuperação Judicial, prevê como condição precedente, a celebração de instrumento pelo Grupo OAS outorgando à Invepar e suas Subsidiárias a ampla quitação em relação a quaisquer atos, fatos, atividades, omissões, direitos de ação ou eventos ocorridos antes da ou na Data de Fechamento decorrentes de ou nos termos de qualquer contrato, Demanda ou Lei aplicável (incluindo, sem limitação, dividendos ou lucros), exceto unicamente pelas Demandas Excluídas.

As Demandas Excluídas estão discriminadas no Anexo 5.1 (vii) do SPA, no qual consta a previsão de que o Grupo OAS e suas Afiliadas renunciam quaisquer Demandas contra a Invepar e suas Subsidiárias em relação à CART, salvo se a Invepar ou a CART derem início a qualquer processo contra o Grupo OAS ou suas Afiliadas, que tenha por objeto pedido de recebimento de indenização ou compensação por perdas e danos decorrentes dos trabalhos de construção realizados pelo Grupo OAS ou suas Afiliadas no passado.

Nesta hipótese, o Grupo OAS ou suas Afiliadas poderão apresentar reconvenção nos autos do Processo com pedido de recebimento de valor agregado que não exceda o menor valor entre (a) R\$457.000 e (b) o valor efetivamente pleiteado pela CART a título de perdas e danos, o que poderá incluir a cobrança de valores que o Grupo OAS ou suas Afiliadas teriam direito a receber da Invepar ou da CART.

Pela renúncia da OAS expressa no SPA, e ainda pela intenção da administração da CART de não iniciar qualquer processo contra a OAS, busca-se o encerramento amistoso da relação contratual.

Os fatos resumidos acima respaldam as conclusões alcançadas pela administração da CART de que nenhum passivo é devido pela Companhia oriundo do desfecho do referido contrato de construção com a OAS.

Remuneração dos Administradores

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$3.177.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica, em 31 de março de 2016 foi pago o montante de R\$530 (R\$372 em 31 de março de 2015).

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Pró-labore	386	280
Bônus variáveis	206	196
Encargos	77	56
Outros benefícios	<u>67</u>	<u>36</u>
	<u>736</u>	<u>568</u>

Em 31 de março de 2016, a Companhia provisionou o montante de R\$206 (R\$196 em março de 2015), de participação/bônus para os administradores.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

13. RECEITA DIFERIDA

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 53.067, sendo R\$ 11.662 recebidos em 2011 e R\$ 41.405 em 2012, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$ 45.280, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$ 43.309, e passivo circulante, R\$ 1.971.

Em 23 de dezembro 2010, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica o qual teve seu 1º aditivo assinado em 30 de junho de 2011 e 2º aditivo em 31 de maio de 2012. Em 30 de julho de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 4.874, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao terceiro ano do contrato. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$ 1.625, montante este registrado no passivo circulante.

Em 3 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No primeiro semestre de 2015 ocorreu à renovação automática do contrato, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 2.160, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao terceiro ano do contrato. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016 de R\$ 1.092, montante este registrado no passivo circulante.

Em 11 de abril de 2013, 3 de junho de 2013 e 27 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou 18 contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso. Em fevereiro de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 37 referente à primeira anuidade de 1 contrato. Em maio de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 187 referente à segunda anuidade dos 6 primeiros contratos. Em julho de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 345 referente à segunda anuidade de 8 contratos. Em setembro de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 25 referente à segunda anuidade de 3 contratos. Em janeiro de 2016 recebeu antecipadamente a segunda anuidade de 1 contrato R\$ 41. Em 31 de março de 2016 o saldo de receita a apropriar referente ao segundo ano dos contratos é de R\$ 155, montante este registrado no passivo circulante.

Em 13 de novembro de 2014, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 12 de novembro de 2034, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 4.649, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$ 4.328, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$ 4.096, e passivo circulante, R\$ 232.

Em 2015 a Companhia celebrou outros 6 contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 33, equivalente ao montante total dos serviços contratados. Em janeiro de 2016, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 6 referente segunda anuidade de um contrato. O saldo da receita a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$20, montante este registrado no passivo circulante.

Em fevereiro e março de 2016, a Companhia celebrou outros quatro contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso, a Companhia recebeu antecipadamente R\$2. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$2, montante este registrado no passivo circulante.

Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

<u>Receita diferida</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
TIM Celular S.A.	49.608	50.157
OI Móvel S.A.	1.092	1.629
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL	1.780	3.098
Outros	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>52.502</u>	<u>54.906</u>
Circulante	5.097	6.958
Não circulante	<u>47.405</u>	<u>47.948</u>

14. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2016 é:

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/03/2016</u>
Não circulante	<u>67.804</u>	<u>1.652</u>	<u>69.456</u>
Total	<u>67.804</u>	<u>1.652</u>	<u>69.456</u>

A taxa real para cálculo do valor presente para os projetos provisionados até 31 de março de 2016 é de 9,16% a.a.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 15 de março de 2016 e 28 de março de 2016, ocorreu à integralização do aumento de capital na Companhia nos valores de R\$35.000 e R\$ 5.000, respectivamente, o aumento de capital foi aprovado em 02/12/2015, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$133.000, mediante emissão de 227.511.745 ações ordinárias e 227.511.745 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2016, o capital subscrito da Companhia é de R\$1.035.000 (R\$ 1.035.000 em 31 de dezembro de 2015), sendo, R\$1.024.000 integralizadas e R\$ 11.000 a integralizar, representado por 1.982.862.362 ações, sendo 991.431.181 ações preferenciais e 991.431.181 ações ordinárias, integralmente subscritas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

RECEITA POR NATUREZA	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita bruta de pedágio	75.306	65.423
Receitas acessórias	2.496	2.308
Receita de construção	<u>29.144</u>	<u>12.143</u>
Total da receita bruta	106.946	79.874
Deduções da receita	<u>(6.778)</u>	<u>(5.925)</u>
PIS Cumulativo - Receita de pedágio	(489)	(425)
COFINS Cumulativo - Receita de pedágio	(2.259)	(1.964)
ISS - Receita de pedágio	(3.793)	(3.319)
Abatimento - Receita de pedágio	(6)	(4)
PIS - Receita acessória	(41)	(38)
COFINS - Receita acessória	<u>(190)</u>	<u>(175)</u>
Total da receita líquida	<u>100.168</u>	<u>73.949</u>

CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Pessoal e encargos	(10.180)	(10.037)
Conservação e manutenção	(6.025)	(6.153)
Seguros e garantias	(490)	(392)
Serviços de terceiros	(3.124)	(3.092)
Veículos	(1.401)	(1.206)
Consultoria e assessoria	(589)	(730)
Aluguéis e impostos	(426)	(221)
Energia elétrica	(766)	(614)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	83	(190)
Provisão para riscos	20	(442)
Serviços compartilhados	(2.166)	(2.019)
Provisão de manutenção	(1.652)	(5.688)
Outorga variável	(1.167)	(1.016)
Depreciação e amortização	(23.598)	(22.557)
Custo de construção	(28.855)	(12.023)
Outros	<u>(5.325)</u>	<u>(3.025)</u>
	<u>(85.661)</u>	<u>(69.405)</u>
Custo de serviços prestados	(45.881)	(47.748)
Despesas gerais e administrativas	(10.885)	(9.633)
Outras despesas operacionais	(40)	(1)
Custo de construção	<u>(28.855)</u>	<u>(12.023)</u>
	<u>(85.661)</u>	<u>(69.405)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	<u>4.293</u>	<u>3.037</u>
	<u>4.293</u>	<u>3.037</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(104)	(96)
Juros sobre empréstimos	(20.388)	(19.170)
Juros sobre debentures	(13.511)	(12.338)

Custo de captação	(50)	(718)
Varição monetária passiva	(38.914)	(35.372)
Outras	<u>(7)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(72.975)</u>	<u>(67.697)</u>
Resultado financeiro	<u>(68.682)</u>	<u>(64.600)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período de três meses findos em 31 de março de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico			
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(26.784)	(26.784)	(53.568)
Denominado básico e diluído			
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>921.578</u>	<u>921.578</u>	<u>1.843.156</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,029)	(0,029)	(0,029)

	31/03/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico			
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(29.802)	(29.803)	(59.605)
Denominado básico e diluído			
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>583.383</u>	<u>583.384</u>	<u>1.166.767</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,051)	(0,051)	(0,051)

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos períodos findos em 31 de março de 2016, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009,

relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível.
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários.
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes.
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000 a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2016, era de R\$402 (R\$415 em 31 de dezembro de 2015).

Durante o período findo em 31 de março de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$1.180 (R\$4.419 em 31 de dezembro de 2015) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada

na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$55.528. Vigência mínima de 12 meses.

2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$130.573. Vigência de 12 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos iniciais e do pagamento da outorga fixa foram obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$55.528	16/03/2016 a 16/03/2017	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$130.573	16/03/2016 a 16/03/2017	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$100.000	01/08/2015 a 01/08/2016	Allianz Seguros	(c)
Riscos operacionais	R\$280.000	01/08/2015 a 01/08/2016	Bradesco Seguro	(d)
D&O	R\$100.000	21/09/2015 a 21/09/2016	XL Seguros	-
Danos materiais	R\$15.672	13/01/2016 a 13/01/2017	Tokio Marine	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Publica Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados

no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.772	-	14.227	-
Aplicação financeira	103.794	-	137.720	-
Parte relacionada	-	520	-	537
Créditos a receber	-	17.923	-	16.672
Total do ativo	<u>111.566</u>	<u>18.443</u>	<u>151.947</u>	<u>17.209</u>
Passivos				
Fornecedores	-	16.199	-	17.596
Parte relacionada	-	2.269	-	2.581
Empréstimos e financiamentos	-	843.910	-	901.721
Debêntures	-	920.889	-	880.396
Obrigações com poderes concedentes	-	402	-	415
Total do passivo	<u>-</u>	<u>1.783.669</u>	<u>-</u>	<u>1.802.709</u>

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de março de 2016 tinham o valor de R\$ 856.881 (R\$ 819.727 em 2015).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Equivalente de caixa	6.415	-	6.415	
Aplicações financeiras	<u>103.794</u>	-	<u>103.794</u>	-
Total	<u>110.209</u>	-	<u>110.209</u>	-

<u>Mensurados a valor justo - Passivos financeiros</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Debêntures	<u>856.881</u>	-	<u>856.881</u>	-
Total	<u>856.881</u>	-	<u>856.881</u>	-

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Equivalentes de caixa	12.145	-	12.145	-
Aplicações financeiras	<u>137.720</u>	-	<u>137.720</u>	-
Total	<u>149.865</u>	-	<u>149.865</u>	-

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Debêntures	<u>819.727</u>	-	<u>819.727</u>	-
Total	<u>819.727</u>	-	<u>819.727</u>	-

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Ativo financeiro			
CDI	14,13%	10,60%	7,01%
IPCA	9,39%	5,63%	3,75%
Passivo financeiro			
CDI	14,13%	17,67%	21,20%
IPCA	9,39%	11,74%	14,09%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

a) Ativo financeiro

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Equivalente de caixa	DI	6.415	1.598	1.186	783
Aplicação financeira	DI	103.794	11.548	8.602	5.704

a) Passivo financeiro (*)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Bradesco	CDI	30.580	5.497	6.286	7.069
Debêntures	IPCA	492.239	72.581	83.952	95.312
Debêntures	IPCA	479.609	71.894	82.990	94.073
BNDES	TJLP	503.139	50.785	67.269	83.773
BNDES	IPCA	310.190	47.651	54.387	61.117

*O cálculo da sensibilidade é acrescido de Spread.

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresenta valores a receber de R\$19.096 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A representam 87,14% deste, ou seja, R\$16.645, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber”. Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

g) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

h) Valores de mercado

Em 31 de março de 2016, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas informações financeiras trimestrais, devido à sua natureza de curto prazo.

i) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

<u>31 de março de 2016</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	843.910	-	-	-	843.910
Debêntures	24.326	43.673	148.430	704.460	920.889
Fornecedores	16.199	-	-	-	16.199

<u>31 de dezembro de 2015</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	901.721	-	-	-	901.721
Debêntures	8.573	46.055	149.432	676.336	880.396
Fornecedores	17.596	-	-	-	17.596

j) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e financiamentos	843.910	901.721
Debêntures	920.889	880.396
Caixa e equivalentes de caixa	(7.772)	(14.227)
Aplicações financeiras	<u>(103.794)</u>	<u>(137.720)</u>
Dívida líquida	1.653.233	1.630.170
Patrimônio líquido	<u>463.366</u>	<u>476.934</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2.116.599</u>	<u>2.107.104</u>

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	3.790	14.640

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de abril de 2016, ocorreu à integralização do aumento de capital na Companhia no valor de R\$11.000, o aumento de capital foi aprovado em 02/12/2015, através da Ata da Assembleia

Geral Extraordinária no montante de R\$133.000, mediante emissão de 227.511.745 ações ordinárias e 227.511.745 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 27 de abril de 2016, ocorreu à integralização do aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 10.500, o aumento foi aprovado em 15/04/2016, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, no montante de R\$ 145.000, mediante a emissão de 316.763.341 ações ordinárias e 316.763.341 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.